

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.722 - MS (2018/0338471-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO
ADVOGADO : HÉLIO YAZBEK E OUTRO(S) - SP168204
AGRAVADO : DORIVAL JOSE DA SILVA
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA MATOS E OUTRO(S) - MS016005

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PRELIMINAR DE OFENSA À DIALETICIDADE E CONEXÃO - AFASTADAS - RESTRIÇÃO EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - PRÉVIA NOTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR - DEVER DO PRÓPRIO ÓRGÃO MANTENEDOR - SÚMULA 359 STJ - AUSÊNCIA - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL PURO CONFIGURADO - CONDENAÇÃO EM R\$ 10.000.00 - EXCLUSÃO DA RESTRIÇÃO DEVIDA - HONORÁRIOS FIXADOS EM 12% SOBRE A CONDENAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O recurso é dialético quando os argumentos recursais são suficientes para rechaçar os fundamentos em que se assentou a sentença, como na hipótese. 2. Não deve ser reconhecida a conexão em ações com contratos diversos, cada uma com suas peculiaridades, tendo em vista a impossibilidade de decisões conflitantes. 3. Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo, a ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, § 2º, do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais. 4. O dano moral neste caso sequer há de ser demonstrado, pois, nos termos da jurisprudência pátria, trata-se de dano moral puro. 5. Sopesadas as particularidades, tem-se que o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) se constitui em "quantum" adequado, sendo capaz de compensar os efeitos do prejuízo moral sofrido, bem como de inibir que o requerido torne-se reincidente, atendendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e a média que esta Câmara Cível arbitra em casos semelhantes. 6. Diante da irregularidade da inscrição do nome do

apclante nos cadastros de inadimplentes, dada a ausência de prévia notificação, tem razão quanto ao pedido de exclusão da restrição. 7. De outro norte, não existem fundamentos para a fixação dos honorários no percentual máximo de 20%, como pretende o apelante, tendo em vista que sopesando os elementos contidos no art. 85, § 2º, do NCPC, baixa complexidade da causa, tempo de duração do processo (pouco mais de um ano), desnecessidade de produção de provas, bem como proveito econômico e trabalho recursal, reputa-se adequado e razoável 12% sobre o valor da condenação.

No recurso especial interposto com base em divergência jurisprudencial, o recorrente se volta contra o valor fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00), requerendo sua minoração, bem como contra o termo inicial dos juros, o qual pleiteia seja fixado a partir da condenação.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 181).

O recurso não foi admitido na origem.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O recurso não merece prosperar em razão da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

Com efeito, quanto à apontada divergência jurisprudencial, sobreleva destacar que o recorrente deve demonstrá-la mediante o cotejo analítico entre os acórdãos embargados e paradigma, com a transcrição dos trechos divergentes e a menção das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.

Ademais, a parte recorrente deve juntar cópia integral dos acórdãos paradigma e citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado em que estejam publicados, inclusive em mídia eletrônica, o que não ocorreu na espécie.

A simples transcrição de ementa não atende aos requisitos específicos legais e regimentais para a comprovação do dissídio. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. JUNTADA DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO PARADIGMA OU DO REPOSITÓRIO DE

JURISPRUDÊNCIA. NECESSIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. MULTA DO ARTIGO 557, § 2º, DO CPC. DESCABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

[...] 2. Tais requisitos, inclusive, constam do artigo 1.043 do CPC/2015 e do referido artigo 266 do RISTJ alterado pela Emenda Regimental n. 22/2016.

3. A caracterização do dissenso pretoriano impõe a demonstração efetiva do dissídio entre o aresto impugnado e o acórdão paradigma, no qual se deverá explicitar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, tendo eles, porém, pronunciamentos judiciais diametralmente opostos.

4. Na espécie, deixaram os agravantes de juntar cópia integral dos acórdãos paradigma e de citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado em que estejam publicados, inclusive em mídia eletrônica.

5. Segundo a pacífica jurisprudência deste Sodalício, não é suficiente, para a comprovação do dissídio pretoriano, a mera transcrição da ementa e/ou voto do julgado paradigma, com indicação de número, relator e órgão julgador, sem observar-se as prescrições legais e regimentais acima mencionadas.

[...]

7. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EREsp 1.446.322/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe 29/6/2016 - grifo nosso).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora